



## UMA JORNADA HISTÓRICA PELO PARANÁ: TERRA, HOMENS E VIDA MATERIAL

*Etelvina Maria de Castro Trindade*

### INTRODUÇÃO

O termo sustentabilidade<sup>1</sup> pode soar anacrônico<sup>2</sup> em um texto histórico que se ocupa do povoamento de um território cujas origens remontam há mais de trezentos anos. No entanto se, por um lado, as ações dos colonizadores e as políticas governamentais foram extremamente agressivas e dominadoras em relação ao espaço conquistado e as populações a elas submetidas; por outro, essas mesmas iniciativas podem ser vistas como o germe de algumas práticas que, mesmo sendo meramente utilitárias, acabaram resultando numa conscientização – que é inclusive mundial – sobre os efeitos danosos de se ignorar as consequências de uma exploração desordenada das dimensões econômicas, sociais e culturais dos recursos naturais e humanos.

Assim, um estudo sobre a ocupação de qualquer território habitado, inclusive do que posteriormente se chamaria Paraná, pode debruçar-se sobre questões cruciais. Dentre elas, o demorado despertar das autoridades públicas, dos cientistas e dos cidadãos comuns para problemas que envolvem, não só a preservação dos recursos naturais – como queriam os ambientalistas<sup>3</sup> de primeira hora<sup>4</sup> –, mas também tudo aquilo que diz respeito à sustentação da vida humana em sociedade. Como bem lembra Richard Rogers (2001): significa “encontrar meios socialmente mais consistentes, economicamente mais eficientes e ecologicamente mais corretos de produzir e distribuir os recursos existentes”.

O caso do Paraná não foge das circunstâncias universais, desde a sua colonização pelos europeus, numa época em que as relações homem-ambiente, eu e o “outro”, estavam pautadas por uma concepção de mundo em que a natureza era subordinada aos interesses humanos, até chegar ao tempo presente quando se busca, em termos globais, permitir o acesso aos recursos naturais, culturais e econômicos com vistas a um futuro sustentável.

Primeiramente, o território praticamente desabitado passou pelo estágio predatório e socialmente injusto do início da ocupação, dando origem a um longo período de hibernação em que a MetrÓpole<sup>5</sup> organizou a nova conquista, ao seu bel prazer, sem cogitar no que hoje se coloca como proteção dos ecossistemas<sup>6</sup> e equilíbrio das desigualdades sociais.

Em um segundo momento, vivenciou a conjuntura<sup>7</sup> em que tiveram início, mundialmente, medidas que visavam sanar os males que afligiam as populações citadinas<sup>8</sup>, como os surtos epidêmicos e as moléstias crônicas. Métodos pontuais adotados em âmbitos nacionais e local e, atualmente, considerados insuficientes diante das novas descobertas da ciência e da tecnologia em prol da saúde e da qualidade de vida humanos.

O terceiro patamar foi aquele em que o mundo acordou para uma nova concepção da relação entre o homem e seu meio, diante das ameaças à vida do planeta, para criar políticas que, segundo a definição de Kazazian (2005), geram um “desenvolvimento que concilia crescimento econômico, preservação do meio ambiente e melhora das condições sociais”. No Paraná, políticas de preservação ambiental desenvolveram-se em contraponto a práticas que geravam poluição<sup>9</sup> e promoviam desmatamentos<sup>10</sup>.

Finalmente, o presente estágio quando governos e sociedades tomam consciência da necessidade de promover iniciativas de cunho político, socioeconômico, educativo e ecológico que permitam à humanidade acessar os recursos atuais, sem privar seus descendentes da possibilidade de usufruir livremente dessas riquezas naturais. Um projeto adequado ao pensamento de Morin (2007), que propõe “(...) desenvolver uma ética do gênero humano, para que possamos superar esse estado de caos e começar, talvez, a civilizar a terra”.

É essa trajetória que se procurará abordar nas páginas seguintes.

## **EUROPEUS E INDÍGENAS: VIVÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA<sup>11</sup>**

No início do século XVI, ao sul do extenso território que começava a ser ocupado por portugueses e espanhóis, a oeste da linha de Tordesilhas, estendia-se uma região coberta por planaltos e montanhas e entrecortada por inúmeros cursos d’água. Nesse amplo espaço natural, favorecidos pela relativa amenidade do relevo e do clima, perambulavam, há milênios, grupos

humanos de coletores e caçadores. Migrados de diversos lugares em diferentes períodos, acabaram por definir-se, há cinco ou seis mil anos, em duas grandes famílias linguísticas: a dos Macro-Jê e, posteriormente, a dos Tupi.

Alguns desses povos eram pré-ceramistas e nômades<sup>12</sup>, organizavam-se em pequenas comunidades e viviam da exploração dos recursos naturais. Outros, semi-nômades ou sedentários, tornaram-se ceramistas, instalando-se prioritariamente na região, por volta de dois mil anos atrás. Os vestígios dos utensílios que esses grupos utilizavam denotam seu estilo de vida e sua organização social: vasos e vasilhas de barro, com desenhos geométricos coloridos em vermelho e branco; artefatos<sup>13</sup> em sílex<sup>14</sup>, arenito<sup>15</sup> e quartzo<sup>16</sup>; estatuetas antropomórficas<sup>17</sup>. As engenhosas armadilhas para aprisionar animais indicam esforços para garantir a sobrevivência e as armas elaboradas com sofisticadas técnicas de lascamento<sup>18</sup>, bem como os artefatos de madeira e couro trabalhados por instrumentos líticos<sup>19</sup>, mostram um certo grau de refinamento. Para aqueles que praticavam o roçado de subsistência<sup>20</sup>, esse apuro técnico permitia a confecção de ferramentas adequadas ao plantio e de recipientes para conservar e transformar os grãos.

No conjunto, apesar das atividades exploratórias por eles praticadas, esses grupos mantinham uma simbiose<sup>21</sup> positiva com seu ambiente, na medida que suas comunidades instalavam-se em função da utilização dos recursos necessários à sua sobrevivência, sem deixar de levar em conta a preservação dos ciclos da natureza. Respeitavam, conseqüentemente, o tempo necessário para que o território, virgem e escassamente povoado, se recuperasse das pequenas agressões a que o manejo da subsistência daquelas populações o submetia. Essa relativa harmonia foi quebrada pelo advento do homem branco.

A chegada dos europeus promoveu também deslocamentos espaciais, alterou as condições socioeconômicas daquelas populações. Os primeiros contatos com o gentio<sup>22</sup>, levou os Jê, refratários ao encontro com outras culturas, a afastarem-se para locais onde mantiveram-se isolados; dentre os Tupi-Guarani, os que se concentravam na parte que cabia ao reino espanhol foram, em grande parte, aldeados<sup>23</sup> e forçados a adaptar-se ao modo de vida europeu nas reduções<sup>24</sup> jesuíticas. Nelas, a vida dos índios catequizados transcorria entre as orações e o trabalho agrícola, pastoril e artesanal, o que os transformava, segundo o ideal jesuíta, *de gente rústica em cristãos civilizados*. Tanto esses grupos como os que ocupavam o primeiro planalto e a região litorânea, e praticavam a *coivara*<sup>25</sup>, tornaram-se alvo dos interesses econômicos do adventício que buscava braços para o cultivo, sendo caçados por sertanistas<sup>26</sup>, a partir do século XVI.

Até a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, Portugal e Espanha não tinham entrado em acordo sobre a posse oficial das terras situadas a oeste do Tratado de Tordesilhas. Disso

se aproveitaram os portugueses para transgredir aquela linha imaginária, ocupando, por meio de diversas estratégias, inclusive a da força, os territórios em questão. Essa incorporação das terras brasileiras ao Império português assinalou o início de seu processo de ocidentalização. O resultado desse fenômeno, em todos os locais em que ocorreu, foi a destruição das demais formas de organização econômico-social.

A relação entre o português e o indígena no novo território causou, então, um impacto resultante do total desrespeito à autonomia dos seres humanos, às suas condições de vida, bem como à conservação de seu espaço vital.

No caso dos lusitanos<sup>27</sup>, porém, a relação com o gentio foi fundamental para a sobrevivência naquelas regiões inóspitas, pois o empreendimento português, notadamente no sul da zona colonial, teria sido impossível sem ele. Essa convivência, à medida que inseriu o índio nos interesses da Metrópole<sup>28</sup>, estabeleceu condições para a troca de elementos da cultura material e simbólica entre ambos os povos.

Mediante a inevitável miscigenação<sup>29</sup> dos lusos com as mulheres indígenas, houve uma interação dos costumes diferenciados do índio, do europeu e, mais tarde, do negro, fazendo que, naquela sociedade, coexistissem múltiplos arranjos domésticos e familiares e várias formas de trabalho. Do contato entre as nativas e os portugueses advieram os *mamelucos*<sup>30</sup>, híbridos culturais<sup>31</sup>, que foram agentes da circulação de hábitos, técnicas e conhecimentos do universo cultural de suas mães indígenas.

A composição e reelaboração das tradições lusitana e autóctone<sup>32</sup> originou uma outra forma de viver – o modo *caipira*<sup>33</sup> –, que passou a ser o substrato econômico e cultural da população livre e pobre; uma massa anônima que lentamente se desenvolveu nos séculos XVI e XVII e cujos traços ainda estão presentes nos usos, nas falas e nas crenças dos habitantes do que mais tarde seria chamado de Paraná Tradicional – denominação que abrange o litoral e os dois primeiros planaltos de seu território, até a região de Guarapuava e Palmas. A formação da cultura caipira e a utilização dos costumes e do idioma autóctone não significaram, porém, hegemonia<sup>34</sup> do nativo, pois toda a formação colonial expressava uma relação de subordinação do indígena ao europeu. Assim, intensificou-se a exploração do homem pelo homem, consagrando uma desigualdade social que se perpetuaria em solo brasileiro pelos séculos seguintes.

A população resultante da miscigenação manteve, entretanto, a forma itinerante<sup>35</sup> do roçar indígena e incorporou, para fins alimentares ou medicinais, os frutos da terra; adotou ao costume de transportar e guardar alimentos em cestos de fibras ou taquara, utilizando-se também das técnicas indígenas para a confecção de armadilhas. Diferentemente das populações de outros

pontos do território brasileiro, gradativamente fixada em determinados locais em decorrência da produção e da comercialização de certos produtos, as atividades coloniais na região sul foram marcadas pela mobilidade, em grande parte facilitada pela existência das rotas há muito utilizadas pelos silvícolas e denominadas caminhos do Peabiru.

A interação do português com o modo de vida do indígena era tal que – conforme o que era reportado à Coroa – aos brancos bastavam alguma roupa e armas de manejo<sup>36</sup>, vivendo com a sobriedade do gentio; o mel, o pinhão e a caça, produtos de fácil armazenamento, garantiam o sustento de cada dia. (TRINDADE; ANDREAZZA; 2001)

Ao mesmo tempo em que a população que se utilizava do saber indígena e sobrevivia às margens da organização colonial, a ação oficial ocupava-se em reproduzir o modelo português de sociedade, com vistas à ocupação do território. Assim, desde o século XVII, já estavam presentes na região sul instituições portuguesas, – e também espanholas, durante a união das duas Coroas<sup>37</sup>, entre 1580 e 1640. Tais instituições tinham o objetivo de regulamentar o funcionamento das novas povoações, sem que se atentasse minimamente para uma relação equilibrada com a natureza embora inadvertidamente acabassem propiciando alguma forma de proteção ao ambiente circundante, tais como a preservação das florestas, das águas correntes, a limpeza das ruas e a proibição da presença de animais no perímetro da povoação.

Findo o período da dominação espanhola, começaram a ser divulgadas as primeiras notícias sobre o ouro em território brasileiro ao sul de São Vicente, repetindo-se a ocorrência serra acima, em regiões até então descuradas pelos ibéricos. O *achamento*<sup>38</sup> ocorrido em tais locais, tornava urgentes medidas que reforçassem a hierarquização da empresa colonial.

Com o intuito de tornar mínimo o dispêndio de homens e recursos, as iniciativas da Coroa portuguesa foram acompanhadas pelo conhecido expediente dos empreendimentos particulares, já utilizado nas expedições de reconhecimento da costa brasileira e na criação do sistema de capitânicas. Foram também estabelecidas as Administrações Gerais das Minas, as Intendências<sup>39</sup>, e as Provedorias<sup>40</sup> e instituídos cargos como os de capitão-povoador<sup>41</sup>, capitão-mor<sup>42</sup>, lugar-tenente<sup>43</sup> e ouvidor<sup>44</sup>, entregues a representantes avançados do soberano.

Foi igualmente importante arregimentar a diminuta população das paragens onde surgiu o metal precioso para que, motivada pela ideia de enriquecimento, pudesse colaborar com obediência, trabalho e escravos, índios ou negros, para o bom termo da empreitada. Em troca, os governantes deveriam prover os mineradores com o pouco necessário para o seu assentamento em vilarejos situados nas cercanias dos arraiais auríferos<sup>45</sup>. De certa forma, o uso dessa mão de obra privada não deixava de ser um investimento da Metrópole com a intenção de buscar, sem muito

esforço, os lucros do empreendimento, em detrimento do pouco que as categorias exploradas poderiam auferir.

Esses agrupamentos iniciais tinham como marco referencial pequenas capelas criadas por iniciativas de leigos em torno de devoções particulares, só mais tarde referendadas pelo catolicismo oficial. Nelas está a origem das futuras povoações, cuja institucionalização<sup>46</sup> se daria, muitas vezes, a pedido dos moradores.

Para estabelecer a ocupação e consolidar o povoamento, a próxima iniciativa seria a fundação oficial de vilas – o que se realizou conforme instruções emitidas no Reino. Derivou daí, a criação da povoação de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, a primeira da localidade a ser elevada à vila, em 1648.

Os procedimentos oficiais para a instituição de um município eram acompanhados, normalmente, pela criação da freguesia<sup>47</sup>, significando que o lugar passava a contar com assistência religiosa permanente. Além das atribuições religiosas específicas como registrar nascimentos, casamentos e óbitos, os párocos eram encarregados da cobrança de dízimos<sup>48</sup> e das desobrigas<sup>49</sup>; e mais tarde, de efetuar recenseamentos, e evidentemente, de cobrar impostos.

Ao sabor dessa forma de colonização, décadas após a instalação de Paranaguá, em 1693, foi criado, serra acima, outro município, o da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba. Para esse novo povoamento, em 1721, a Coroa Portuguesa enviou como seu representante o ouvidor Raphael Pires Pardino, encarregado de organizar o espaço da nova povoação. Dentre as instruções emanadas pela nova autoridade algumas, embora não intencionalmente, preocupavam-se com a higiene e a proteção dos recursos naturais, instruindo os juizes e oficiais da Câmara que “(...) obrigassem todos os anos ao povo a limpar o ribeiro que corre por meio da vila para ter boa correnteza, e a façam ter águas das chuvas nas mais ruas para que não haja charcos na vila, principalmente ao pé da matriz (...)”. (Provimentos do Ouvidor Pardino para Curitiba e Paranaguá: 1721)

As instalações de novas vilas e sua regimentação<sup>50</sup> só iriam ocorrer na segunda metade do século XVIII. Já em 1711, o litoral de Paranaguá e os campos de Curitiba que, desde 1660, constituíam a Capitania de Paranaguá, passaram a integrar a Capitania de São Paulo, como sua Segunda Comarca<sup>51</sup>. Seus habitantes permaneciam em estado de pobreza, e as diligências para a busca de riquezas minerais tinham obtido pouco sucesso. O final do século chegava sem que as esperanças dos governos e dos particulares se realizassem, sobrando aos moradores poucos recursos de subsistência. Dentre esses desfavorecidos, muitos vagavam desocupados pelo território fazendo com que as Câmaras Municipais os obrigassem “a escolherem lugares acomodados para

viverem junto a povoações civis (...)”. (Sessão da Câmara Municipal de Curitiba, 04 de dezembro de 1766) Uma iniciativa que visava, pela força, a inserção social dos chamados “vagabundos” para evitar-se a perturbação da ordem vigente.

Em tais condições, restava a muitos viver da extração de produtos locais como a congonha – palavra que, à época, designava a erva-mate –, produto nativo, de fácil acesso, e há muito conhecido e utilizado como bebida ou remédio. Apesar de a Coroa interessar-se logo por sua exploração, foi somente ao final do século XVIII que ela passou a ter peso na economia regional e envolver boa parte da população em sua extração, beneficiamento<sup>52</sup> e comércio.

Prosseguia também a produção e comercialização da farinha de mandioca, acrescida do plantio do trigo, que era exportado para Santos, do arroz pilado e do feijão; estava presente uma pequena exploração de madeiras e iniciava-se a criação de gado em currais<sup>53</sup> esparsos. Plantações de cana foram introduzidas no litoral, dando início à produção de açúcar e aguardente<sup>54</sup>. A pesca era igualmente importante na faixa marítima, devidamente vigiada pela *governança*<sup>55</sup> da capitania<sup>56</sup> de São Paulo que, em 1730, proibia essa atividade no distrito e nas enseadas da vila de Paranaguá, durante determinados meses do ano, para não prejudicar a reprodução dos peixes.

Nesse quesito, as preocupações imediatistas da Coroa acabaram por criar inadvertidamente uma cultura preservacionista<sup>57</sup> que iria disseminar-se de uma forma empírica<sup>58</sup> e quase intuitiva nas populações litorâneas, criando práticas que permaneceram através do tempo em suas atividades econômicas. Em épocas muito mais recentes, legislações específicas viriam regulamentar períodos determinados para caça e a pesca em todo o território nacional.

Em contrapartida, importava-se o sal, que era tão escasso, a ponto de, ainda em 1763, devido à grande falta do produto, a câmara de Curitiba ter deliberado a compra de algumas porções para serem distribuídas entre os moradores. Juntamente com o sal, eram ainda importadas do exterior ferragens e peças de algodão. (TRINDADE; ANDREAZZA; 2001)

## **INSTALA-SE UMA SOCIEDADE CAMPEIRA**

Ao raiar do século XVIII, finalmente se dera a descoberta de ouro na região das Minas Gerais e surgiram conseqüentemente exigências daquele mercado por animais de corte e, sobretudo de transporte, o que incentivou o crescimento de fazendas de criação nos Campos Gerais. Cabeças de gado vacum<sup>59</sup>, vindas do litoral, já existiam na localidade, mesmo antes da oficialização da vila de Curitiba de onde, no início do século XVIII, uma quantidade considerável de bois e cavalos era exportados para Minas, São Paulo e Rio de Janeiro.

Todavia, com a intenção de reduzir o preço do gado e das cavalgadas<sup>60</sup> de Curitiba, o Capitão General da Capitania de São Paulo ordenou a abertura da estrada do Viamão, que ligaria os campos desse nome, no Rio Grande, a Sorocaba, em São Paulo. Depois de muitas delongas, em 1731, Cristovão Pereira de Abreu inaugurou o caminho, com uma tropa de aproximadamente 3.000 cavalgadas e 500 cabeças de gado. A atividade criatória<sup>61</sup> ainda precária que se desenvolvia nos campos locais foi, então, substituída, em boa parte, pelas invernadas<sup>62</sup> que produziram nova fonte de renda para os fazendeiros. Para preservar essa atividade, o poder vigente estabeleceria regras para proteger as terras adequadas a essas práticas: “e o cercado que há ao pé desta vila entre o ribeiros dela, não farão data (doação<sup>63</sup>) dele a nenhuma pessoa, antes o farão guardar; e aos seus pastos, para que os vizinhos que vêm dos seus sítios possam nele meter seus cavalos e bois carreiros a pastar, enquanto assistirem na vila (...). (Provimentos do Ouvidor Pardinho para Curitiba e Paranaguá: 1721)

Atentava-se igualmente à necessidade de manter intacta a madeira para finalidades práticas, com algumas normas expressas na legislação da época: “E sempre se darão as terras no rocio com obrigação de nelas se fazerem casas cobertas de telha e outra benfeitorias<sup>64</sup>, com que os sítios permaneçam em aumento da terra, e não as darão a pessoas que destruindo-lhes os matos e terras lavradas<sup>65</sup> as larguem depois”. (Provimentos do Ouvidor Pardinho para Curitiba e Paranaguá: 1721)

Sob a benevolência da Coroa, o movimento de condução das tropas, denominado *tropeirismo*<sup>66</sup>, rompeu o isolamento dos que viviam no território então denominado *os sertões de Curitiba*<sup>67</sup>, pois seu trânsito modificou a paisagem e a sociedade da época. Nas *paradas*<sup>68</sup> dos tropeiros formaram-se, gradativamente, pequenos núcleos, pontos de reabastecimento e de encontro, onde se traziam e levavam notícias e onde havia oportunidade para tomar um bom trago<sup>69</sup>, ou realizar contatos fortuitos com as meretrizes. Era também nas vendas e nas bodegas que se firmavam, muitas vezes, acordos políticos, pagavam-se contas e renovava-se o crédito. Dali nasceram vilas, depois convertidas em cidades, que ainda hoje pontuam o caminho então tomado pelos animais e seus condutores.

A atividade tropeira deu condições para os habitantes dos Campos Gerais integrarem uma economia interna partilhada por grupos dispersos em amplo espaço, que ia da região do Prata até São Paulo. Introduziu também um modo de vida que se diversificou no vocabulário, na culinária, no vestuário, nas construções e nos hábitos pessoais.

A sociedade que se organizou em função do tropeirismo fundamentava-se na relação senhor-escravo, como toda a formação tradicional brasileira. As famílias dos fazendeiros desenvolveram, nas propriedades campeiras, uma economia quase autônoma<sup>70</sup> de sobrevivência: da alimentação ao vestuário, da fabricação de utensílios ao convívio cotidiano.



No espaço da fazenda, a vida era pacata e rústica, as casas, feitas de taipa de pilão<sup>71</sup>, tinham poucos cômodos onde conviviam a família, escravos e índios *administrados*<sup>72</sup>. A mobília, quase inexistente, compunha-se de uns poucos catres<sup>73</sup>, baús, mesas, bancos e redes.

A ida às vilas se dava por conta das festas, das funções religiosas e da compra do sal. Por outro lado, muitos proprietários eram absenteístas<sup>74</sup> e visitavam muito pouco suas terras, e eram seus capatazes<sup>75</sup>, responsáveis pela vigilância das propriedades, que assumiam o status de *fazendeiros*.

Dessa forma, persistia nessa organização social a separação campo-cidade, enquanto no mundo ocidental iniciava-se, contrariamente, um movimento pela conservação de bosques e matas e pela integração da paisagem natural e de animais de estimação ao convívio doméstico, muito em consequência dos avanços trazidos pela evolução da história natural e as descobertas científicas sobre as diversas espécies vivas.

Paralelamente à economia do gado, as atividades voltadas para a subsistência e a exportação para outras regiões prosseguia no planalto curitibano, com a produção da farinha de trigo que complementava a de mandioca, há bastante tempo produzida no litoral. Na faixa da marinha<sup>76</sup>, também fora iniciado o beneficiamento do arroz visando, da mesma forma, à exportação. O movimento do porto de Paranaguá era, todavia, muito fraco, apesar da entrada de vinhos, pólvora, chumbo e chapéus, além de produtos de pequeno porte, que se acrescentavam às importações já existentes.

A formação da nova cultura campeira, mesmo configurando uma economia interna – que se mantinha de uma forma que se poderia denominar como autossuficiente e relativamente não predatória<sup>77</sup> –, não impedia a ascendência dos costumes lusos, nem a ingerência dos representantes da Coroa portuguesa na vida da colônia. Assim, a organização do cotidiano das vilas era preocupação do Reino e, conseqüentemente, das câmaras municipais, às quais cabia ordenar<sup>78</sup> e retificar<sup>79</sup> o comportamento da população.

Ao final do século XVIII, medidas da Câmara já começavam a apontar para o problema da salubridade e do abastecimento de água potável, determinando obras para a limpeza das fontes na vila e em seus arredores “para evitar o uso das imundas águas que correm pelos rios mestres que por admitirem imundos e perniciosos cheiros muitas vezes acontecem ocasionar doenças”. (Sessão da Câmara Municipal de Curitiba, 09 de janeiro de 1779)

Como visto, nada se deixava de prever ou de corrigir, desde o arruamento<sup>80</sup>, as normas para a construção de casas, os festejos religiosos e profanos<sup>81</sup>, a limpeza da vila, os hábitos da população, o alistamento<sup>82</sup> militar e, evidentemente, a organização das atividades comerciais.

Na sua função de organizar o mercado, cabia às câmaras expedir alvarás<sup>83</sup> de funcionamento para estabelecimentos de comércio. Em 1769, por exemplo, foi autorizado em Curitiba, o funcionamento de vinte e sete lojas entre secos e molhados<sup>84</sup>, carpintaria, alfaiataria, serralheria<sup>85</sup>, sapataria e ferraria. A leitura dessas licenças permite entrever, inclusive, que a organização do trabalho nas vilas paranaenses tinha semelhanças com as corporações da Europa medieval<sup>86</sup>, em que os mestres de ofício repassavam seus conhecimentos aos seus auxiliares. Em suas pequenas oficinas, os artesãos produziam ainda artigos ligados à economia do gado, em couro, chifre<sup>87</sup> ou prata, como facas, punhais, esporas e chilenas<sup>88</sup>, pinguelins<sup>89</sup>, talas<sup>90</sup>, chicotes, copos e guampas. Muitos desses adereços, ostentados por tropeiros de maior cabedal<sup>91</sup>, indicavam a prosperidade que seu comércio lhes trazia.

Além da população de origem europeia, da nativa e do contingente<sup>92</sup> de mestiços derivados do contato entre esses segmentos, a estrutura econômica e social da então Comarca de Paranaguá incluía contingentes de escravos. Em 1780, em um total de aproximadamente 18 mil habitantes, um terço era composto por negros cativos. Eles estavam presentes em todas as tarefas, fossem domésticas, no campo ou nas cidades. (TRINDADE; ANDREAZZA; 2001)

Além dos indígenas, os negros eram o segundo grande grupo explorado pelos colonizadores. Privados de todos os seus direitos legais e humanos, foram, porém, mais resistentes do que se supõe, organizando-se após a fuga em comunidades rebeldes (os quilombos<sup>93</sup>) existentes também no Paraná. Nesses locais, criaram sociedades autônomas economicamente e comunitárias socialmente que sobreviviam do cultivo da terra e do manejo<sup>94</sup> de animais.

Com base nessa mão de obra, no cômputo geral, o incremento trazido pelo tropeirismo foi muito produtivo para a economia da região, na medida que, em 1769, já existiam nela 88 fazendas e 131 sítios de criação, com um total de 25.826 cabeças de gado vacum e 5.219 de gado cavalari.

Tal foi a sociedade que, no decorrer do século seguinte, oportunizou ao espaço que seria posteriormente o Paraná, uma ocupação gradativa que demarcaria, de maneira específica, seu território no cenário do Brasil colonial. Uma situação que teria continuidade no regime imperial estabelecido após a independência de Portugal, em 1822.

## O MATE E O GADO: PILARES DE UMA ECONOMIA REGIONAL

Mesmo antes da Independência, as mudanças ocorridas no Brasil com a transferência da corte real portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, introduziram o livre comércio nos portos

do país, o que incrementou as atividades importadoras e exportadoras em todo o litoral. Ao sul, desde o final do século XVIII e início do XIX, a economia da Comarca girava em torno da extração e comercialização da erva-mate. Viajantes do período observavam que a população daquelas paragens adotara com tamanha intensidade o hábito dos indígenas de consumir o *maté*, que o costume passou a merecer descrições detalhadas sobre aspectos da colheita, do tratamento e do consumo da erva. Relatavam como a árvore nativa era podada e limpa, e depois secada à moda paraguaia; e como as folhas eram trituradas para, mergulhadas em água fervente, serem tomadas com bombas<sup>95</sup>, em cuias<sup>96</sup> de sassafrás<sup>97</sup>.

Com a abertura dos portos brasileiros, a navegação de longo curso com o Rio da Prata permitira, desde 1810, a exportação regular da erva-mate, bem como de alguma madeira, para o exterior. O transporte do produto era feito primeiramente em surrões<sup>98</sup> de couro e, posteriormente, em barricas, mercê do desenvolvimento das serrarias, das carpintarias e do artesanato, até chegar aos portos de Antonina e Paranaguá, rumo a Montevideu e Buenos Aires. Morretes acompanhava a movimentação, uma vez que nela se concentravam os soques<sup>99</sup> daquele produto, rapidamente disseminados serra acima.

Além de incrementar o comércio do couro para confeccionar os surrões, a economia do mate incentivava a confecção de cuias e outros utensílios, como bombas de chá, em prata e ouro.

Em meados da década de 1830, já eram identificados 34 *engenheiros*<sup>100</sup> do mate na comarca, estando a maior parte dos engenhos localizados nos arredores de Curitiba. Desde o final do século anterior, o beneficiamento do mate apresentava um caráter quase fabril, desenvolvido em ambiente fechados e sob supervisão, sendo gradativamente aprimorado pela utilização de tecnologias inovadoras, como o uso da tração hidráulica<sup>101</sup>. No afã do lucro, os comerciantes do mate acabavam interferindo nesse trabalho, entrando em concorrência com os produtores.

O interior da região também transformou-se com a crescente importância dessa verdadeira indústria, pois a intensificação do extrativismo favoreceu a ocupação de áreas basicamente inexploradas. Muito consumida era igualmente a aguardente, produção subsidiária<sup>102</sup> dos engenhos de açúcar da faixa litorânea, atestando o grande consumo daquela bebida em épocas em que a vida era árdua e os víveres<sup>103</sup> escassos. (TRINDADE; ANDREAZZA; 2001)

Por ser a erva-mate de origem nativa, sua exploração, em si, não trazia grandes agressões ao solo, porém, o desenvolvimento dessa economia acabou por ocasionar, no decorrer do século XIX, impactos no ordenamento sociopolítico da sociedade local. Isso porque o incremento da atividade exploratória resultou no abandono, pela população rural, das demais atividades econômicas. Por outro lado, o crescimento progressivo dessa produção e sua conversão em sistema fabril<sup>104</sup> fez

surgir a figura do operário, determinando novas formas de exploração da mão de obra laboral<sup>105</sup>, contrária à convivência saudável entre os grupos sociais.

A emergência da economia ervateira fez-se sem prejuízo da pecuária que se manteve no decorrer do século XIX. O tropeirismo, que já iniciara um movimento de expansão territorial no século anterior, consolidou, nas primeiras décadas do oitocentos, a ocupação dos campos de Palmas e de Guarapuava. Naquele período, as fazendas dedicavam-se muito mais às atividades de invernagem do que às criatórias, definindo uma tendência que se esboçara desde a abertura da estrada do Viamão. Não obstante, a “lide”<sup>106</sup> com o gado continuava a caracterizar o cotidiano do planalto onde, conforme as observações do viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, todos os homens *úteis* ocupavam-se em perseguir vacas ou touros, o que chegava a ser *uma espécie de divertimento*. Mas, na verdade, a faina do gado era árdua para os adultos, e eram as crianças que nela encontravam significados lúdicos<sup>107</sup>. O mesmo viajante relatava que *meninos, ainda pequenos, aprendem a atirar o laço, a formar rodeio e a correr atrás dos cavalos e dos bois*. Esse envolvimento das crianças nas atividades do mundo adulto lembra igualmente os traços da sociabilidade pré-industrial europeia, com que o mundo do trabalho local se identificava, sem atentar para problemas de ordem moral e para as desigualdades sociais que o sistema propiciava.

Por outro lado, as transformações, políticas e econômicas, ocorridas no Brasil nas primeiras décadas do século XIX trouxeram outras novidades ao cotidiano da comarca. A crescente importância assumida pelo cultivo do café nas regiões fluminense e paulista propiciou, desde o início, o deslocamento de contingentes de escravos para as regiões cafeeiras. Mas se a proporção de escravos efetivamente diminuiu no Paraná, isso não significa que eles deixaram de compor a população regional que, na primeira metade do século XIX, manteve-se assemelhada à setecentista: portugueses e castelhanos, índios *administrados*, escravos negros e descendentes e mestiços de todos esses grupos. Esse estrato da população era normatizado<sup>108</sup> pela legislação de então que proibia os jogos de azar, o porte de armas e as danças e cantos populares (Posturas Municipais. Paraná, 1829 a 1895), em total desrespeito aos direitos individuais.

Em 1812, a sede da comarca foi transferida para Curitiba, sob a alegação de estar aquela localidade mais próxima do caminho das tropas. Todavia, uma crescente insatisfação já grassava entre os habitantes de Paranaguá, – e posteriormente de Curitiba e das demais vilas de alguma importância – com o descaso da política adotada por São Paulo em relação à sua agora Quinta Comarca. Nasceu daí um movimento de emancipação<sup>109</sup> que percorreu a toda a primeira metade dos oitocentos até concretizar-se, em 1853, com a desejada criação da mais recente província<sup>110</sup> do Império. Surgia, finalmente, o Paraná.

Entretanto, conquistada a emancipação, muito pouca coisa se alterou na sociedade e na economia da nova Província. Na segunda metade do século XIX, viajantes, como o francês Avé-Lallemant ou o inglês Bigg-Wither, descreviam Curitiba, agora capital da nova divisão administrativa, e as cidades litorâneas, como verdadeiros *acampamentos* que a insalubridade<sup>111</sup> e a morbidade<sup>112</sup> tornavam extremamente desagradáveis. Em 1858, Lallemant estabelecia diferenças entre uma Curitiba que tentava *regenerar-se*, com novos serviços e novas construções, e a antiga, na qual *há muita coisa em ruína e não se pode deixar de reconhecer evidente decadência e atraso*.

As constantes observações dos visitantes estrangeiros sobre a precariedade das cidades brasileiras, inclusive as da região do Paraná, denunciavam condições de cunho ambiental, econômico e social que só começariam a ser revertidas no final do século XIX e início do XX.

Tal situação repetia-se em vários pontos do território paranaense, e ao final período, as cidades de algum destaque, com melhores condições de conforto e população superior a 10.000 habitantes, mal ultrapassavam uma dezena.

Ao norte, ainda muito pouco ocupado, foram instaladas até 1860, a colônia militar do Jataí e os aldeamentos indígenas de São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo. Foi por volta dessa data que cafeicultores paulistas e fazendeiros mineiros, e também migrantes nordestinos, penetraram em terras paranaenses, fazendo surgir ali pequenos núcleos agrícolas, conformando o que mais tarde seria chamado Norte Velho. No entanto, tratava-se de uma ocupação reduzida, visto que, pelo censo de 1900, o número de moradores do norte não ultrapassava 16.000 habitantes, o que deixava incultas a maioria das terras disponíveis.

Nesse panorama precário, a política imigratória<sup>113</sup>, que, sob o incentivo do governo central, encontrou eco nas iniciativas da administração local, tornou-se fator determinante de transformação econômico-social. Nas três últimas décadas do XIX, várias colônias foram instaladas no Paraná, muitas delas próximas aos sítios urbanos<sup>114</sup>. Alemães, poloneses, italianos, entre outros, chegaram em grandes levas, destinados preferencialmente ao trabalho na lavoura.

## O RURAL E O URBANO: INÍCIO DA MODERNIZAÇÃO

Dentre as motivações imigrantistas da Província do Paraná destacou-se, a princípio, a baixíssima densidade demográfica<sup>115</sup>. A recente elite provincial excluía de seus planos povoadores o concurso da população nativa<sup>116</sup>, nutrindo – assim como as demais províncias – a certeza de que a imigração europeia era o único caminho para a regeneração do povo brasileiro. Par e passo<sup>117</sup> com a preocupação populacional, a política imigratória brasileira, e paranaense, orientou-se pelas necessidades de promover a agricultura de subsistência e as obras públicas. A despeito

do entusiasmo em torno da imigração, o processo sofreu inúmeros revezes. No Paraná, como em São Paulo e outras partes do país, algumas colônias fracassaram, na medida que foram instaladas em terras impróprias para o cultivo e onde era impossível comercializar a produção. O governo brasileiro, a partir década de 1870, preocupou-se, então, em fixar os imigrantes em terras de melhor qualidade, em prestar-lhes assistência nos primeiros tempos e em garantir o escoamento do excedente dos víveres produzidos para os centros urbanos. Tais políticas mostraram as primeiras preocupações com a qualidade da produção agrícola e o devido suporte aos habitantes do campo.

Mas a Província do Paraná quase não dispunha de recursos para sustentar tais iniciativas e enfrentava a oposição de sua elite econômica, contrária à ocupação das ricas terras de pastagens dos Campos Gerais, pelos imigrantes. Na prática, a pequena propriedade dos colonos foi estabelecida em zonas recobertas por florestas, em torno de cidades do litoral e do primeiro planalto e, somente a partir da década de 1890, houve um avanço destas colônias no sentido do interior. Desde os anos 1870, porém, elas haviam propiciado uma parte do pessoal empregado nas atividades ervateiras, desde a coleta e o preparo da erva cancheada<sup>118</sup>, até seu transporte para os portos de embarque, já que, segundo documentos da época, homens, mulheres, crianças, ricos e pobres, homens livres e escravos, brancos e negros, todos participavam daquela economia. De certa forma, estavam todos juntos em uma causa comum que atenuava os limites das diferenças sociais. Os imigrantes, além do cultivo e da venda de produtos de primeira necessidade<sup>119</sup>, trabalhavam, igualmente, na abertura de estradas e construção de ferrovias, e toda sorte de trabalho braçal.

No entanto, se o estado buscara atrair principalmente *cultivadores úteis* para povoar o Paraná, os navios que aqui aportaram também trouxeram europeus ligados às atividades urbanas. Algum tempo após sua chegada, muitos deles, insatisfeitos com a vida rural, transferiam-se – sozinhos ou com suas famílias – para as cidades. Essa desconcentração dos colonos em busca de melhores oportunidades nos meios urbanos possibilitou que ocorresse um certo equilíbrio populacional entre o campo e a cidade.

Italianos, alemães, poloneses, ucranianos, franceses e indivíduos de outras etnias vieram dar uma nova feição às urbes. Até então constituídas como centros administrativos e políticos, já que quase a totalidade da população brasileira vivia na área rural, nelas começou a florescer uma economia tipicamente urbana, causando o aumento da população residente. Na capital paranaense essa presença foi tão significativa que, em 1872, Bigg-Wither já anotava que a cidade possuía 9.500 habitantes, sendo 1.500 imigrantes.

Atribui-se aos imigrantes importante papel na diversificação da atividade artesanal<sup>120</sup>, no comércio e no desenvolvimento de pequenas e médias indústrias de caráter familiar presentes no

Paraná, desde meados do século XIX e início do XX. Divididas entre os elementos locais e as várias etnias, as fábricas espelhavam a nova hierarquia socioeconômica: brasileiros e imigrantes disputavam a área nobre da madeira, do mate e dos cereais; os alemães predominavam nas bebidas, nas fundições<sup>121</sup>, nos móveis, couros, vestuário; e estavam, de resto, presentes na maioria das atividades fabris; italianos e poloneses concorriam na área de alimentos.

A presença imigrante foi muito significativa também para as melhorias urbanas em diversas localidades paranaenses, onde se disseminaram construções inspiradas nas técnicas e nos estilos europeus. Alteraram, ainda, a arquitetura religiosa de estilo colonial<sup>122</sup> que passou a refletir o ecletismo<sup>123</sup> dominante na época e a nova feição multicultural da sociedade. Apesar de diversos atritos entre nacionais e imigrantes, a presença desses nas cidades propiciou o início de uma convivência profícua<sup>124</sup> entre as diversas culturas – o que, no Paraná, iria ser traço marcante de sua identidade. A edificação da atual Catedral de Curitiba, no último quartel do século XIX, é uma síntese dessa pluriethnicidade. Contou com o trabalho de um arquiteto francês, engenheiros italianos e alemães, além de mestres-de-obras, artífices<sup>125</sup> e operários de diversas nacionalidades.

De toda maneira, nas diversas regiões em que se instalaram, os estrangeiros foram agentes de transformação. Nas cidades, porém, contribuía de forma peculiar para a construção de uma nova forma de viver urbano que iria caracterizar o cotidiano dos paranaenses daí em diante. Muitas dessas transformações espelhavam as ocorridas na Europa ocidental e nos Estados Unidos, onde o crescimento das cidades e a insalubridade<sup>126</sup> criada pelas aglomerações populacionais traziam riscos à vida humana. Políticos e cientistas implementaram, então, medidas sanitárias<sup>127</sup> que contavam com os conhecimentos de médicos, engenheiros e higienistas<sup>128</sup> para combater os males que acometiam os habitantes das urbes<sup>129</sup> e propor terapêuticas<sup>130</sup> que garantissem o equilíbrio do espaço citadino.

Toda essa renovação acontecia concomitantemente às transformações radicais por que passava a sociedade brasileira nas duas últimas décadas do século XIX, em função da abolição da escravidão e da proclamação da República. Nessa nova conjuntura haviam-se alterado significativamente as relações de trabalho, bem como os rumos políticos da nação. Foi também nesse período que começaram a estabelecer-se, no novo estado do Paraná, interesses capitalistas sob a influência progressiva de uma elite econômica ligada às indústrias ervateira, madeireira e, em menor grau, ao setor agropecuário<sup>131</sup>. Esses grupos, formados por elementos nacionais ou estrangeiros, iriam deter a força política no Paraná republicano, substituindo os fazendeiros tradicionais ligados ao tropeirismo, que entrava em fase de retração, sobretudo após o desenvolvimento das vias férreas. A alternância dos grupos economicamente dominantes no quadro político do estado, em período

de longa duração, consagrava um processo que impedia – como em todo o Brasil – a evolução para uma convivência participativa, como viria a ser desejável em tempos futuros, além de impedir o acesso das classes subordinadas a uma condição mais igualitária.

Um episódio marcante do período republicano no Paraná foi a chegada das tropas gaúchas da Revolução Federalista de 1893, em cidades situadas na rota que levava a São Paulo e Rio de Janeiro. Uma conjuntura que gerou desordem, desunião e oposições na política e na sociedade locais, além de desorganizar, por um tempo, suas atividades econômicas.

Na virada para o século XX, porém, a exploração da erva-mate que gradativamente adotara um caráter fabril pelo aperfeiçoamento tecnológico<sup>132</sup> e por uma nova organização social do trabalho<sup>133</sup> atingiu seu auge; o mesmo aconteceu com a indústria madeireira que se desenvolveu acompanhando o curso dos rios e os trilhos das ferrovias, atingindo a cifra de mais de meia centena de serrarias<sup>134</sup> em produção, por volta de 1900. Em consequência, as florestas paranaenses quase intocadas até a segunda metade do XIX, foram sendo exploradas e lentamente substituídas por pastos e capoeiras.

Nessa época, acompanhando as novas concepções sobre campo e cidade, crescia no mundo ocidental uma valorização dos contatos com a natureza e da sua preservação. Nos Estados Unidos foi importante a disseminação de uma visão que preconizava a preservação da fauna, flora, cursos d'água e solos, construindo pressupostos que ficaram conhecidos como *conservacionismo* e geraram políticas que, em 1890, criaram reservas florestais de domínio público federal. No Brasil, tais políticas vieram a dar origem, no início do século XX, a uma legislação voltada às mesmas preocupações. Foi o começo de um pensamento que se dirigia a determinadas ações sobre os ambientes rural e urbano.

O Paraná Tradicional ainda que fortemente ligado à hegemonia econômica das grandes fazendas, assistiu ao desenvolvimento das várias atividades fabris e de um movimentado comércio que se opunha à tendência que antecipava a preocupação ambiental. No campo socioeconômico, configurou-se uma classe operária nos núcleos urbanos de maior porte. *Grosso modo*, por volta de 1910, o Paraná possuía mais de 300 estabelecimentos onde trabalhavam cerca de 5.000 operários, ocupando o estado o quinto lugar no incipiente<sup>135</sup> setor industrial do Brasil. Os principais ramos dessa indústria eram a ervateira e a madeireira, além da carpintaria, da fabricação de fósforos, da fiação e da tecelagem. Os trabalhadores atuavam, ainda, nas fábricas de sabão, velas, vidros, barricas e estabelecimentos manufatureiros de calçados, chapéus e na fabricação de queijos. Nesse mundo laboral ocorriam, com certa frequência, movimentos reivindicatórios derivados de desentendimentos entre patrões e empregados. A greve geral de 1917 constituiu, em todo o



Brasil, um marco da organização da classe trabalhadora que, em defesa dos seus interesses, saiu às ruas em luta contra o empresariado e o governo. A presença pública dessas pessoas, antes relegadas às margens do sistema, desencadeou confrontos com a polícia que fizeram aflorar<sup>136</sup> tensões há muito represadas, marcando a presença de reivindicações por igualdade social que perdurariam no Brasil até os dias atuais.

No conjunto desse desenvolvimento econômico e social do início do Brasil republicano, o trem funcionou como mensageiro do progresso. No Paraná, abriu caminho entre Curitiba e Paranaguá, em 1885, estendendo-se depois a Ponta Grossa e atingindo o sul e o norte, integrando as regiões. Nas terras do norte – onde se completava a ocupação dos vales dos rios das Cinzas, Itararé e Paranapanema –, chegava a Ourinhos, em 1908, com a construção da Estrada de Ferro Sorocabana, destinada a atingir o oeste do Estado de São Paulo, via norte do Paraná. Entretanto, as melhorias de transporte e comunicação não se esgotaram com as ferrovias; desenvolveram-se ainda as estradas de rodagem que, em 1917, iriam atingir 6.000 quilômetros em tráfego. No entanto, grande parte do transporte, sobretudo o do mate, ainda sofria a concorrência das carroças dirigidas pelos imigrantes, sobretudo russos brancos<sup>137</sup> que, malsucedidos nas atividades agrícolas, encamparam<sup>138</sup> esse setor de prestação de serviços.

A dilatação, cada vez maior da rede ferroviária esteve articulada aos propósitos de companhias particulares, nacionais e estrangeiras, ocupadas em explorar a madeira das regiões dos rios Iguaçu e Paraná, como foi o caso da *Southern Brazil Lumber and Colonization* e da *Brazil Railway* (estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande). A presença das duas empresas implicou a expulsão de posseiros e o empobrecimento de pequenos madeireiros, somando-se a eles os empregados dispensados pela Estrada de Ferro, estimados em cerca de oito mil trabalhadores. Daí nasceu um exército de desocupados que se tornaram presa fácil de líderes pseudo-religiosos.

Essa situação ativou o messianismo presente na religiosidade popular levando os caboclos<sup>139</sup>, despojados de condições de sobrevivência, a deflagrar<sup>140</sup>, em 1912, a guerrilha da região do Contestado, com o objetivo de instaurar uma nova sociedade fundamentada em princípios místico-religiosos, movimento duramente reprimido pelas forças do governo.

A exclusão social e econômica advinda dos interesses do governo paranaense e das companhias estrangeiras trouxe, assim, resultados danosos à organização da sociedade e ao equilíbrio ambiental no estado.

Além das ferrovias, foi no setor dos serviços públicos – eletricidade, carris<sup>141</sup> urbanos e telefonia – e no financiamento das exportações primárias que se deram os investimentos estrangeiros por meio do *London & River Plate Bank* e do *London & Brazilian Bank*,

posteriormente, *Bank of London & South America*. Enquanto isso, o setor industrial nascente ficava a cargo dos investidores locais.

Paralelamente ao avanço da modernização, houve um rápido crescimento populacional no estado. De 126.722 em 1872, o número de habitantes aumentou para 327.136, em 1900. No município<sup>142</sup> da capital, estimava-se já uma população de 53.928, em 1905. No censo de 1920, o Paraná ocupava o 13º lugar no país e sua população atingia 685.711 habitantes, 2,2% da população brasileira.

Enquanto isso, ao levar o progresso para o interior, o trem revelava as carências naquelas regiões. Insalubres, mórbidas e despidas de infraestrutura até a última década do século XIX, a maioria das cidades paranaenses apresentava-se como palco de epidemias<sup>143</sup>, endemias<sup>144</sup> e desconforto. Além de atender às necessidades da população relativas à higienização<sup>145</sup> e ao saneamento<sup>146</sup>, a modernização dos maiores centros urbanos não se dava apenas no âmbito das políticas de governo e na nova disposição dos espaços privados, mas também no aprimoramento dos ambientes públicos, inclusive nas áreas de lazer, como cinemas, teatros e confeitarias.

Os novos lazeres opuseram-se às formas tradicionais de divertimento, caso do fandango, que tenderam a isolar-se nas cidades do interior. Delineava-se, cada vez mais, a oposição cidade-campo, criando-se a alteridade<sup>147</sup> que permitiu a discriminação da população rural pelos cidadãos<sup>148</sup>, em desacordo com uma prática que visaria ao equilíbrio entre esses dois espaços.

Paralelamente, as cidades paranaenses do início do novo século foram incorporando alguns signos da então moderna tecnologia que, em nível universal, manifestavam-se por meio do telégrafo, do telefone e da luz elétrica; depois, dos automóveis e bondes. Cientes também das intervenções sanitaristas que eram realizadas nas capitais europeias, os governantes dirigiram sua atenção para temas como o tratamento das águas, o escoamento de dejetos<sup>149</sup> e a purificação do ar por meio da vegetação.

A administração pública dedicou, assim, crescente atenção aos procedimentos de embelezamento das cidades mediante a arborização de ruas e praças e a criação de parques destinados à fruição de seus usuários. Medidas ainda incipientes, já que a mentalidade da época não alcançara os patamares de uma real preocupação com o entorno. (TRINDADE; OLIVEIRA; SANTOS. 1997)

Em consequência, o desenvolvimento das cidades no Paraná da Primeira República trouxe consigo não apenas a reformulação dos hábitos das camadas privilegiadas. Ele impôs um novo ritmo às relações urbanas e conduziu à cena novos grupos que modificaram seus espaços e deram vida ao seu cotidiano, enquanto outros ficavam isolados em sua invisibilidade, já que a desigualdade

de condições financeiras e a ausência de uma política de boa convivência comunitária os afastava dos demais setores da sociedade.

## DO PARANÁ DO CAFÉ AO PARANÁ INDUSTRIAL<sup>150</sup>

Os anos 1930 e a presença de Vargas na presidência da República inauguraram, para todo o Brasil, um período de centralização e nacionalização que tentava controlar a influência das forças regionais. O campo econômico foi marcado pelo esforço do desenvolvimento pela via da industrialização, em oposição às tendências com base na atividade agroexportadora<sup>151</sup> que, embora amparada pela política do governo, teve de abandonar seu papel predominante no conjunto da economia brasileira. Durante todo o período, seguido da fase de *redemocratização*<sup>152</sup> após o final do Estado Novo (1937-1945), a organização do aparelho do Estado<sup>153</sup> tentou adequar-se às variações dos rumos tomados pela produção nacional e pelas relações comerciais com o exterior nas diversas conjunturas<sup>154</sup> por que passou o país.

Ao mesmo tempo, no que se referia à produção e comercialização dos recursos naturais, sobretudo quando se tratava da ocupação e exploração do solo, as relações do Brasil com o exterior refletiam-se em medidas atreladas ainda aos pressupostos da corrente conservacionista<sup>155</sup> norte-americana. Nesse sentido, foram implementadas no país políticas relativas à proteção do patrimônio artístico e nacional que incluíam a preservação dos monumentos naturais, bem como os agenciados pelo trabalho humano. Com essa intenção, criaram-se dois parques naturais, o da Serra do Itatiaia e do Parque Nacional do Iguaçu, esse último no Paraná. O Código Florestal e o Código das Águas, ambos de 1934, são igualmente exemplo dessa atitude inovadora. No entanto, foi para as cidades que se dirigiram, sob a égide<sup>156</sup> do governo central, as medidas mais efetivas voltadas à higiene, ao sanitarismo e ao lazer, na medida que esses espaços urbanos deveriam tornar-se expressão de uma sociedade moderna e industrializada.

Em contraste com o restante do território nacional, no âmbito paranaense, o início do período encontrou uma economia que ainda se mantinha em torno de dois setores: o ervateiro, com uma trajetória de expansão a que se seguiu um período de desaceleração, e o madeireiro, em crescimento constante no comércio interno e externo.

Em outras regiões do estado ainda desocupadas, um fator de grande magnitude veio cumprir o mesmo papel desbravador<sup>157</sup> que as ferrovias haviam desempenhado ao final do século XIX e início do XX: tratava-se da agricultura do café e sua conseqüente marcha através do estado.

Efetivamente, ao norte do Paraná, o contato cada vez maior com a cafeicultura paulista e a expansão das ferrovias entre os dois estados havia criado o que pode ser chamada a *corrida*

*do café*, concluída às margens do rio Paraná, em meados da década de 1930, configurando o povoamento de um território que passaria a chamar-se Norte Novo, em oposição ao Norte Velho, já ocupado. Em função dessa atividade, entre 1940 e 1960, a participação do Paraná na produção cafeeira aumentou de 7% para 52%, fenômeno que lhe trouxe um grande aporte de capitais<sup>158</sup>, não só para a agricultura como também para a indústria. Essa prosperidade, com raízes na economia paulista, organizou-se a partir dos excedentes de um sistema de produção adaptável aos férteis terrenos paranaenses, da construção de uma rede de estradas de ferro que ampliou as fronteiras de ocupação e da organização das companhias particulares que exploraram a colonização da região.

Naquela época, os sucessivos governantes do estado tiveram que enfrentar, em seu projeto administrativo, o desafio desse fenômeno e de suas contradições. Efetivamente, entre os fatores básicos a serem considerados pela administração estavam as inúmeras frentes pioneiras que começavam a ocupar vastos territórios do Norte, compostas por contingentes nacionais e estrangeiros das mais diversas origens. Tal explosão demográfica, que caracterizava a busca pelo *ouro verde*, seduzia os migrantes com a miragem<sup>159</sup> da propaganda. Nesse contingente, foram atraídos pequenos proprietários, grandes e médios empresários e inúmeros despossuídos que forneceram a mão de obra necessária para o trabalho de desbravamento, plantio e construção de cidades. Em consequência, houve um crescimento populacional acelerado na região, quando o número de habitantes saltou de 340.000 para 2.681.000.

Todo esse processo de urbanização intensiva e de migração sem controle ocasionou um desequilíbrio estrutural, pois esse movimento se dava sem que houvesse uma política que protegesse as terras de práticas agrícolas nocivas à saúde e ao meio e desse aos habitantes da região condições igualitárias de vida. Tratava-se de uma agricultura invasiva, que provocava o desmatamento e a poluição do solo, par e passo com crescimento intenso das concentrações urbanas com suas consequências para o ambiente e a vida humana.

A diferenciação entre a ocupação do Norte Velho, nos períodos anteriores, e a do Norte Novo, foi o caráter induzido<sup>160</sup> dessa última.

A recém-formada burguesia cafeeira não podia assumir sozinha a formação dos novos cafezais, tarefa que teve que ser conduzida pela união dos fazendeiros com as grandes empresas imobiliárias. O esforço resultou numa expansão crescente da área dedicada à cafeicultura. Na década de 1950, foram sucessivamente ocupadas as regiões Noroeste e Oeste, até os rios Ivaí e Piquiri. Para além da iniciativa privada, foi também marcante o papel do governo na gestão<sup>161</sup> desse processo, por meio do loteamento<sup>162</sup> e da venda de extensos territórios, em favor de

empresas como a *Paraná Plantation Limited* e a *Companhia de Terras do Norte do Paraná*, depois *Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná*. A união dos investimentos públicos e privados sem regulamentação adequada à organização social e econômica dos locais então ocupados viria a causar inúmeros problemas que se refletiriam no futuro de todo o Paraná. Dentre eles, os efeitos nefastos<sup>163</sup> da poluição e da explosão demográfica ao equilíbrio ambiental.

Efetivamente, o plantio acelerado do café atingiu um ritmo intenso, dominando a paisagem e estendendo-se a perder de vista. E se, no final do século anterior, a diversificação do Paraná dera-se, sobretudo, devido à contribuição da cultura notadamente camponesa trazida pelos imigrantes, nesse momento o mosaico cultural<sup>164</sup> ampliava-se, em função do deslocamento de mineiros, paulistas e nordestinos em direção ao Norte do Estado.

As cidades que se multiplicavam apresentaram, nos primeiros tempos, um aspecto de faroeste americano e os novos habitantes trouxeram para elas hábitos e costumes de homens da zona rural. Esses pioneiros vieram a exercer uma ação dominante sobre a cultura tradicional da região, em detrimento do estabelecimento de uma diversidade enriquecedora para ambos os lados.

Logo, porém, o crescimento vertiginoso da cultura cafeeira, nas décadas de 1950 e 1960, introduziu nas cidades, sobretudo em Londrina, a chamada capital do Norte, os signos do progresso e da euforia que acompanham esse tipo de ocupação. De tal forma que, segundo o noticiário local, para ela e outras cidades da região, *as estatísticas já nasciam velhas*.

Em contraste com a região Norte, salvo por alguns terrenos em que se desprezou o perigo das geadas e se tentou a cultura do café, o Oeste não recebeu o influxo<sup>165</sup> dos capitais e da ação dos cafeicultores paulistas, sendo porém alvo de um planejamento de ocupação por parte do governo paranaense. Ali, companhias concessionárias<sup>166</sup>, sobretudo estrangeiras, praticavam desordenadamente a extração do mate e da madeira, utilizando como mão de obra a população local. Essas atividades, além de causarem a destruição das matas nativas e das pequenas agriculturas de subsistência resultavam no empobrecimento dos habitantes da região, sem que se atentasse aos prejuízos causados à própria sustentação de sua qualidade de vida. Em contrapartida, a política do governo atraiu uma frente povoadora constituída de migrantes de origem alemã e italiana oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que se instalaram no local, desenvolvendo o cultivo de cereais e oleaginosos<sup>167</sup> e a criação de porcos o que, de certa forma, pela via da diversificação provocada por sua presença, minimizou o estado de carência econômica da região.

No entanto, por bastante tempo, a insuficiência de transportes na região retardaria sua integração ao conjunto do estado. Outro fator considerado desfavorável foi a preferência pelo

regime de pequena propriedade e pela colonização de origem sulina que marcavam as ações administrativas naquele momento e seriam apontadas, posteriormente, como indutores de desorganização e atraso. Além disso, a instalação dos novos grupos acentuou a situação de miséria da população local que passou a vagar desamparada por toda a extensão do território, em sentido contrário ao que seria desejável para equilíbrio dos movimentos migratórios.

Da mesma forma, no Sudoeste, a alienação de glebas para empresas particulares, como a Maripá, realizadas pelos governos federal e estadual fez com que terras fossem novamente ocupadas por milhares de *posseiros*<sup>168</sup>, desencadeando tensões e confrontos. Daí decorreram anos de luta que acabaram, em 1957, num conflito armado, acompanhado por mortes e destruição. Cenas de tortura, abuso das viúvas dos camponeses mortos e cobrança indevida de impostos e contribuições marcaram a ação dos jagunços das companhias, e até da polícia local, contra os habitantes da região. Foi uma campanha encabeçada pelos detentores do capital e do poder que, pela força, calaram as vozes dos menos favorecidos impedindo-os de reagir à situação de exclusão a que foram submetidos e de pôr em ação o pleno exercício de sua cidadania.

Apesar do advento da agricultura cafeeira e da colonização de várias porções de áreas devolutas, a industrialização paranaense ocupava, à época, uma posição diminuta no contexto nacional – 3,06% do total, em 1950 –, mesmo tendo apresentado um crescimento interno de 850% em relação à década de 1940. A torrefação<sup>169</sup> e a moagem<sup>170</sup> do café ocupavam ainda 53% da transformação dos produtos alimentares que era a grande atividade industrial.

Todavia, curiosamente, a exploração do mate e da madeira havia dado origem a uma burguesia industrial, em oposição ao que ocorrera no restante do Brasil onde a classe economicamente dominante era tradicionalmente formada por proprietários de terra ou comerciantes. Essa burguesia agia ativamente nas atividades exportadoras, investia no exterior e estendia seus interesses a outros setores industriais, bancários, de seguros e empresas aéreas.

No início da década de 1960, a economia paranaense mantinha ainda sua base econômica na agroindústria<sup>171</sup> apresentando, porém, uma política de governo que agia de forma oposta ao que se fizera nas gestões anteriores, quando os pontos-chave da administração eram o povoamento e a colonização. Os dirigentes do novo período iriam considerar as correntes povoadoras que ocuparam todo o território paranaense como fator indesejável, por serem introdutoras da pequena propriedade e da policultura, agora consideradas obstáculos ao desenvolvimento, por provocarem, muitas vezes, a formação de minifúndios<sup>172</sup> considerados prejudiciais ao progresso econômico. O acesso a certos princípios considerados científicos e tecnológicos conduziu as políticas econômicas de então a implementar padrões de produção, consumo e investimento que desconsideravam a

equidade que traria uma possibilidade de melhor distribuição de renda e a execução de melhores projetos sociais.

O tema da industrialização substituiu, portanto, o da *vocação agrícola* do estado e apresentava-se a necessidade da ampliação da infraestrutura<sup>173</sup> básica, sobretudo rodovias e energia elétrica. O aumento da malha viária<sup>174</sup> integrou o porto de Paranaguá e a capital ao Norte e, à medida que Curitiba tornou-se centro industrial de certa importância no Sul do país, estreitaram-se seus laços econômicos com as diversas regiões do estado e com São Paulo. Naquele momento, sua população havia atingido os 4.200.000 habitantes, o que representava uma marca verdadeiramente inusitada<sup>175</sup> de 102% em seu crescimento.

Ao lado da diversificação da agricultura<sup>176</sup>, o Censo Industrial de 1960 mostrou um Paraná que apresentava três regiões industriais: a do norte; o madeireiro, a oeste; e a do sul, centrada basicamente em Curitiba. No transcorrer daquela década, embora a capital continuasse a ser a região mais desenvolvida industrialmente, houve uma significativa incrementação desse setor na região Norte. O fenômeno era reflexo dos problemas da superprodução<sup>177</sup> e das *geadas negras*<sup>178</sup> que reduziram significativamente a cultura do café, trazendo novas formas de exploração agrícola e industrial à região. De qualquer forma, o auge do *ouro verde* fora decorrência de uma mudança conjuntural da economia agroexportadora que teve uma trajetória breve, apesar de deixar marcas indelévels naquela sociedade fronteiriça<sup>179</sup>.

Com o declínio da cafeicultura, dentre os produtos agrícolas como o trigo, o milho, o feijão, o amendoim, e a criação de suínos que compunham a base da economia paranaense, a cultura da soja foi a que se impôs aos mais importantes proprietários rurais, pelo seu valor no mercado exportador e pelo seu grande efeito na indústria e na urbanização<sup>180</sup>. O apogeu da soja não eliminou, porém, a necessidade de aumentar as possibilidades do estado no setor industrial, o que foi implementado em 1972, com a criação da cidade industrial de Curitiba, (a CIC), em Araucária, município vizinho da capital, com vistas à ampliação de bens de consumo<sup>181</sup> duráveis e bens de capital. Duas décadas depois, outra investida do governo na área industrial projetou a instalação de um polo automotivo<sup>182</sup> no estado pela atração de montadoras, algumas das quais se fixaram nos arredores de Curitiba.

Justamente no momento em que o Paraná começava a se afirmar como polo industrial no cenário nacional, em nível internacional surgiam alertas quanto ao uso desordenado dos produtos químicos sobre a saúde das pessoas e a reprodução de animais. E, mais que isso, sobre os perigos trazidos pela poluição hídrica e atmosférica e pelo desmatamento resultante das estratégias de ocupação da terra. A Primeira Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1972

na Suécia, divulgou outra corrente de pensamento que veio substituir o conservacionismo até então pioneiro: o ambientalismo, cuja proposta seria adotarem-se políticas dirigidas à utilização dos recursos naturais e ao controle de processos polutivos, visando conciliar meio ambiente e desenvolvimento econômico. Novos conceitos como ecologia e ecossistema começaram a ser conhecidos, sobretudo, no que se referia ao planejamento urbano – a ecologia urbana – definida como um sistema que englobava as condições naturais e socioeconômicas que agiam sobre os organismos vivos, as atividades humanas e o meio físico.

No Brasil, desde o final da década de 1960 o governo militar, no poder desde 1964, tomou algumas medidas para atender às mais recentes abordagens relativas ao meio ambiente: um novo Código Florestal (1967) e a criação da SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente, 1975); das CETESB (Centro Tecnológico de Saneamento Básico, 1968), em São Paulo, e da SUREHMA (Superintendência dos Recursos Hídricos, 1978), no Paraná. Por outro lado, a devastação e poluição criadas pela atuação do Proálcool e a ocorrência de diversos desastres ambientais contribuíram para o surgimento de uma consciência ambientalista no país, mercê das pressões internacionais. Para as aglomerações urbanas, o movimento ambientalista gerou políticas como os Planos de Desenvolvimento Integrado que buscavam, entretanto, aplicar modelos exógenos<sup>183</sup> sem preocupação com as condições locais. (TRINDADE; OLIVEIRA; SANTOS. 1997)

No Paraná, a força da influência econômica e cultural emanadas da capital e das regiões circunvizinhas<sup>184</sup> permaneceu, no entanto, como um dos fatores que deram continuidade às diferenças culturais que, no início dos anos 1970, ainda marcavam o seu cenário. E, mesmo que as diversas ondas de povoamento houvessem introduzido a integração de todo o território e propiciado êxitos no campo econômico e político; ou que se tenha formado um determinado tipo de sociedade e oportunizada a fundação de muitas cidades, a metropolização<sup>185</sup> de várias regiões do estado trouxe novos desafios em áreas como meio ambiente<sup>186</sup>, saúde, educação e segurança pública.

A resposta a esses desafios deu-se exemplarmente na capital pela introdução do Plano Diretor de Curitiba, seguido de projetos de ordem social e ambiental que reuniram ações práticas, legislação e conscientização popular que tornaram realidade a sua implantação. Como resultado, a cidade passou a ser vista internacionalmente como a “Capital Ecológica” e sediou, em 1992, o Fórum Mundial das Cidades. Por outro lado, a integração completa do estado e a aplicação das políticas ambientais em todo o seu território ainda não haviam acontecido até o final do segundo milênio.

Esse foi também o período em que a comunidade mundial chegou à conclusão de que as mais consistentes políticas ambientais não seriam suficientes para garantir a sobrevivência da espécie



humana no planeta. Um novo desafio que se colocava em vista da necessidade, sempre presente, de se conciliar meio ambiente e crescimento econômico, já que a percepção da possibilidade de esgotamento das reservas naturais e hídricas<sup>187</sup> tornava premente a organização de um movimento em favor da consolidação de medidas de caráter geral. Assim, na década de 1980, a ONU propôs uma série de restrições à expansão dos diversos países, mediante o relatório Brundtland que forjou o princípio de “desenvolvimento sustentável”, entendido como a inter-relação harmônica entre economia e meio ambiente. Conceito aprofundado na ECO 92, no Rio de Janeiro, que propôs o estabelecimento de compromissos de responsabilidade social a todos os países participantes.

O novo milênio concretizou uma inquietação ainda maior quando se verificou que medidas paliativas não solucionariam as probabilidades de desastres ecológicos de cunho universal. De “desenvolvimento sustentável” passou-se, por conseguinte, ao conceito de “sustentabilidade”, entendido como um modelo de espectro amplo e equilibrado, destinado não só à preservação das necessidades das gerações atuais, como às de sua descendência. Dentre as deficiências a serem eliminadas estariam a desigualdade política, econômica, social e cultural; o descaso com a saúde; a desinformação; e a pobreza extrema.

O Brasil acompanhou a passos relativamente lentos essa trajetória, com políticas voltadas, na década de 1980 após a redemocratização do país, à minimização do impacto ambiental das obras públicas e privadas sobre o espaço natural, caso da criação do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) e do artigo 225 da Constituição de 1988, que preconiza o direito de cada cidadão a um “meio ambiente ecologicamente equilibrado”. Tais propostas abrangiam o âmbito nacional com ênfase nas grandes, médias e pequenas cidades, mediante a ação das diversas esferas do governo, considerando-se especificidades regionais que, por vezes, estariam presentes dentro de um mesmo espaço territorial – caso do Paraná. (TRINDADE; OLIVEIRA; SANTOS. 1997)

Com efeito, nas últimas décadas do século XX, persistiram, como persistem ainda, as diferenças que sempre marcaram o velho e o novo Paraná. Em consequência, no raiar do século XXI o estado contempla ainda as marcas desse passado, em suas diferentes culturas regionais. Elas refletem a interação de momentos diversos e de contingentes populacionais de origens plurais. O litoral, os três planaltos, os nortes, Velho e Novo, o oeste e o sudoeste, as faixas de fronteira, o mate, o café, os novos produtos agrícolas e as novas indústrias, estão aí delineados no solo paranaense. Toda essa diversidade tem sido levada em consideração pelos governos estaduais das últimas décadas, quando se procurou conciliar políticas públicas de desenvolvimento e sustentabilidade, com ações voltadas não só à recuperação das coberturas vegetais, como também à preservação

da biodiversidade<sup>188</sup> e o gerenciamento de recursos hídricos e sólidos. Para isso, foram adotados uma filosofia de descentralização e monitoramento administrativos e um programa de educação ambiental estendido a toda a população, com vistas à sua mobilização, apoiados no tripé sugerido por Rogers (2001): participação, educação e inovação. Só assim, a cidadania poderia ser exercida por todos, ao sentirem envolvidos nas tomadas de decisão sobre o seu ambiente e seu porvir.

Tal é o resultado atual de tudo o que foi gestado no decorrer da trajetória histórica do Paraná, conforme o modelo de ocupação espacial que o marcou, tornando-o único no conjunto da nação. Todas as iniciativas que minimamente preocuparam-se com a manutenção de sua integridade através dos tempos contam a história de uma unidade territorial, independente há pouco mais de 150 anos, que traz consigo os problemas e as esperanças das contínuas mudanças que a história da sobrevivência da espécie humana na terra apresenta.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

ÁLBUM DO CENTENÁRIO DO PARANÁ. 1853-1953. Edição especial da revista A Divulgação.

ÁLBUM DO PARANÁ. 1853-1953. Curitiba: Velox Propagadora, 1953.

ALMANACH DO PARANÁ e ALMANACH PARANAENSE (1896-1929)

ALMANACH DOS MUNICÍPIOS (1918)

ATAS DA CÂMARA DA VILA DE CASTRO.

ATAS DA CÂMARA DA VILA DE CURITIBA.

ATAS DA CÂMARA DA VILA DE PARANAGUÁ.

AVE-LALLEMANT, R. 1958. **Viagem pelo Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

BIGG-WITHER, Thomas. **Novo caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná**. Rio de Janeiro/ Curitiba: José Olympio/UFPR, 1974.

BOLETIM DO ARCHIVO PUBLICO MUNICIPAL DE CURITIBA. Curitiba: Livraria Mundial, 1924.

Documentos avulsos de interesse para a história e costumes de São Paulo. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo/Secretaria da Educação/Gráfica João Bentivegna. 1952.

Documentos inéditos. Pastoris da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar da Graciosa 1752-1791. Arquivo do Museu Paranaense.

Jornais: Diário da Tarde (1899-1930); Gazeta do Povo (1919); A República (1889-1930).

MONTEIRO, Tobias. **De Rio de Janeiro au Parana – Voyage au sud du Brésil**. Rio de Janeiro: Imp. Luiz Bedeschi, 1903.

MONUMENTA. Posturas Municipais. **Paraná, 1829 A 1895** (PEREIRA, M. R. M. P, Org.). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

MONUMENTA. **Provimentos do Ouvidor Pardinho para Curitiba e Paranaguá: 1721; 43** (PEREIRA, M. R. M. P, Org.). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

1º CANTENÁRIO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO PARANÁ. Porto Alegre: Livraria do Globo S.A., 1953.

RELATÓRIOS DE PRESIDENTES DE PROVÍNCIA. (1854-1889).

RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE ESTADO. (1890-1930).

Revista: **O Olho da Rua**

REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES. Tomo III. N. 1, maio de 1956.

VICTOR, Nestor. **A terra do futuro**. Impressões do Paraná. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996.

VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. **Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município**. 1850. 2 v. Curitiba: Museu Paranaense, 1951.

## BIBLIOGRAFIA

ANDREAZZA, M. L. **Paraíso das delícias: um estudo da imigração ucraniana. 1895-1995**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

ANDREAZZA, M. L.; NADALIN, S.O. **O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante**. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO. São Paulo, v. 11, n.1, jan/jun. 1994.

ALMEIDA, R. H. **O diretório dos índios: Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: UNB, 1997.

ARAÚJO, S.M.P. e CARDOSO, A.M.L. Italianos no Brasil ou a pátria recriada. In: **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987.

BALHANA, A.P.; MACHADO, B.P.; WESTPHALEN, C.M. **História do Paraná**. Curitiba: GRAFIPAR, 1969.

BALHANA, A. P. *Africanos na formação da população paranaense*. IN: DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba: Editora Livraria do Chain/BANESTADO, 1991.

BENATTI, A.P. **O centro e as margens: Prostituição e vida boêmia em Londrina (1930-1960)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

BERBERI, E. **Impressões: a modernidade através das crônicas de revistas no início do século em Curitiba**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

BOLETIM DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. Série Monografias. Curitiba, Imprensa Universitária, 1989.

BROWN, L. **Plantações, pastos e portos: a economia colonial**. IN: AZEVEDO, F. L. N.; MONTEIRO, J. M. (Orgs.). Raízes da América Latina. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura/São Paulo: EDUSP, 1996.

BOXER, C. R. **O império colonial português; 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 1981.

BURMESTER, A. M. de O.; De Boni, M. I. M.; SCHAAF, M. B. **A população de Curitiba no século XVIII. HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES.** Curitiba, v. 8, (14/15): 117-127. jul-dez. 1987.

CARNEIRO, D. **Fasmas estruturais da economia do Paraná.** Curitiba: Faculdade de Ciências Econômicas, n/d.

CINCOENTENARIO DA ESTRADA DE FERRO DO PARANÁ. 1885-1935. Publicação comemorativa da Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina.

CESÁRIO, A.C. *Norte Novo* – a expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico. IN: PAZ, F.M. (Org.). **Cenários de economia e política:** Paraná. Curitiba: Prephacio, 1991.

CHMYZ, I.; RODRIGUES, A.; WESTPHALEN, C.M. **Curitiba:** origens, fundação e nome. Boletim Informativo da Casa Romário Martins. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 21, n. 105, jun. 1995.

DE BONI. M.I.M. **O espetáculo visto do alto;** vigilância e punição em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba: Editora do Chain, 1991.

GUMUCHDJIAN, P.; ROGERS, R. **Cidades para um pequeno planeta.** São Paulo: Ed. Gustavo Gili, 2001

IPARDES – Fundação Édison Vieira. **O Paraná reinventado:** política e governo. Curitiba, 1989.

KAZAZIAN, T. **Haverá a Idade das Coisas Leves – Design e Desenvolvimento Sustentável.** São Paulo: Ed. SENAC, 2005.

LAMB, R. E. **Uma jornada civilizadora:** imigração, conflito social e segurança pública na Província do Paraná – 1867-1882. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

LEANDRO, J. A. **Palco e Tela em Castro;** teatro cinema e modernidade. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. p. 30.

LINHARES, M.Y. (Org.). **História Geral do Brasil.** (da colonização portuguesa à modernização autoritária). Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MACHADO, C.S. **De uma família imigrante:** sociabilidades e laços de parentesco. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

MAGALHÃES FILHO, F. Evolução histórica da economia paranaense. In: REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, 28. Curitiba: BADEP, jan/fev. 1972.

MARTINS, R. *Terra e gente do Paraná.* Coleção Farol do Saber. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

\_\_\_\_\_. **História do Paraná.** Coleção Farol do Saber. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 12 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2007.

NICHOLLS, W.H. **A fronteira agrícola na história recente do Brasil:** o Estado do Paraná, 1920-65. In: REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, 26: 19-53. Curitiba: BADEP, set/out. 1971.

PEREIRA, M. R. M. P.; SANTOS, A. C. A. **300 Anos: Câmara Municipal de Curitiba:** 1693-1993. Curitiba: Câmara Municipal, 1993



\_\_\_\_\_. **O poder local e a cidade.** A Câmara Municipal de Curitiba. século XVII a XX. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

PEREIRA, M. R. M. P.; *Da civilidade urbana: a morigeração dos costumes no Paraná do século XIX.* IN: HUMANAS, Curitiba, Editora da UFPR.

\_\_\_\_\_. **Semeando irar rumo ao progresso.** Curitiba: Editora da UFPR, 1997.

ROGERS, R.; GUMUCHDJIAN, P. **Cidades para um pequeno planeta.** Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2001.

SANTOS, Antonio C. **Memórias e cidade.** Depoimentos e transformação urbana de Curitiba. (1930-1990). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

SIQUEIRA, M. D. *et al.* **Um século de eletricidade no Paraná.** Curitiba: Copel, 1994.

SOUZA, Laura de. **O diabo e a terra de santa cruz:** feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TRINDADE, E.M.C.; ANDREAZZA, M. L. **Cultura e educação no Paraná.** Curitiba: SEED, 2001.

TRINDADE, E.M.C.; OLIVEIRA, D.; SANTOS, A.C.A. **Cidade, homem e natureza:** uma história das políticas ambientais de Curitiba. Curitiba: Unilivre, 1997.

TRINDADE, E.M.C. **Clotildes ou Marias.** Mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados:** moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil.** 2 v. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia/EDUFF., 1987.

WEHLING, A.; WEHLING, M.J.C. **Formação do Brasil colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WACHOWICZ, R.C. **Paraná, Sudoeste:** ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

WESTPHALEN, C.M. **Os comerciantes paranaenses na conjuntura ervateira.** In: BOLETIM DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, n.21,1974.

WILLEMS, E. **A aculturação dos alemães no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

## DEFINIÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS

- 1 Sustentabilidade – A capacidade de o ser humano interagir com o mundo preservando o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras.
- 2 Anacrônico – Que está em desacordo com os usos e costumes de uma época.
- 3 Ambientalista – Movimento social que tem na defesa do meio ambiente sua principal preocupação.
- 4 De primeira hora – Pioneiros.
- 5 Metrópole – Nação, considerada relativamente aos países/colônias que dela dependem.

- 6 Ecosistema – Conjunto formado por todas as comunidades que vivem e interagem em determinada região.
- 7 Conjuntura – Encontro de determinadas circunstâncias que se considera como o ponto de partida de uma evolução.
- 8 Citadina – Pessoa que habita uma cidade.
- 9 Poluição – A introdução pelo homem, direta ou indiretamente de substâncias ou energia no ambiente, provocando um efeito negativo no seu equilíbrio.
- 10 Desmatamento – Desaparecimento de massas florestais, fundamentalmente causada pela atividade humana.
- 11 Maiores detalhes sobre informações contidas no presente texto encontram-se em: TRINDADE, E.M.C.; ANDREAZZA, M. L. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.
- 12 Nômade – Indivíduo ou povo sem moradia fixa que se desloca constantemente em busca de alimentos e pastagens.
- 13 Artefato – Qualquer objeto feito ou modificado pelo homem.
- 14 Sílex – Mineral duro e cortante, formado por carapaças de organismos marinhos.
- 15 Arenito – Rocha constituída por grãos de dimensão da areia.
- 16 Quartzo – Mineral duro de estrutura semelhante ao cristal.
- 17 Antropomorfo – Que tem ou representa a forma humana.
- 18 Lascamento – Ato de partir em pedaços finos e longos.
- 19 Lítico – Relativo à pedra.
- 20 Roçado de subsistência – Terreno onde se roçou ou queimou o mato para cultivar alimentos indispensáveis à manutenção da vida.
- 21 Simbiose – Associação e entendimento íntimo entre pessoas.
- 22 Gentio – Pessoa que não professa o cristianismo.
- 23 Aldeado – Dividido em aldeias; confinado em aldeias.
- 24 Redução – Aldeamento autosuficiente, onde os indígenas eram agrupados e submetidos a vários tipos de trabalho, sob o controle dos padres jesuítas.
- 25 Coivara – Ramagens não atingidas pelas queimadas que são transformadas em cinzas para adubar a terra.
- 26 Sertanista – Pessoa que se embrenhava no sertão em busca de riquezas; bandeirante.
- 27 Lusitano, luso – Da Lusitânia; relativo a Portugal.
- 28 Metrópole – Nação que exerce domínio sobre uma ou várias colônias.
- 29 Miscigenação – Cruzamento entre indivíduos de raças diferentes; mestiçagem.
- 30 Mameluco – Mestiço de índio com branco.
- 31 Hibridismo cultural – Cruzamento entre culturas diversas.
- 32 Autóctone – Natural da região em que vive; nativo.

- 33 Caipira – Habitante da área rural, de modos considerados grosseiros.
- 34 Hegemonia – Supremacia; superioridade.
- 35 Itinerante – Em constante deslocamento.
- 36 Arma de manejo – Arma manual.
- 37 Coroa – Poder ou dignidade real.
- 38 Achamento – Achado.
- 39 Intendência – Órgão da administração colonial encarregado de serviços administrativos, judiciários e fiscais, além de orientação e fomento da produção, particularmente nas zonas de mineração.
- 40 Provedoria – Instituição de origem portuguesa, encarregada dos serviços fiscais e tributários.
- 41 Capitão povoador – Denominação dada, no período colonial brasileiro, à pessoa encarregada da organização ou criação de povoações e da manutenção da ordem nas mesmas.
- 42 Capitão-mor – Autoridade com amplos poderes civis e, sobretudo, militares em uma capitania.
- 43 Lugar-tenente – Pessoa que exerce temporariamente a função de outra. No Império português, representante de várias autoridades em questões jurídicas e militares.
- 44 Ouvidor – Funcionário da administração colonial, muitas vezes ligado diretamente à Metrópole, encarregado de dar instruções sobre o correto funcionamento das instituições municipais, das funções religiosas e da justiça.
- 45 Arraial aurífero – Povoação de caráter temporário, geralmente formada em função de atividades extrativas, como a busca de metais preciosos ou minérios.
- 46 Institucionalização – Ato de dar o caráter de uma instituição.
- 47 Freguesia – Unidade administrativa de caráter eclesiástico.
- 48 Dízimo – Imposto que consiste na décima parte das rendas.
- 49 Desobriga – Quitação de uma dívida de caráter material ou espiritual, como confissão e comunhão anuais.
- 50 Regimentação – Regulamentação.
- 51 Comarca – Divisão administrativa que compreende um território e sua população.
- 52 Beneficiamento – Intervenção que visa submeter um produto agrícola a processos que lhe dão condições de consumo.
- 53 Currais – Lugares onde se junta e recolhe o gado.
- 54 Aguardente – Bebida de elevado teor alcoólico obtida por destilação de frutos, cereais, raízes, sementes ou tubérculos; tipo de cachaça.
- 55 Governança – Governo.
- 56 Capitania – Divisão administrativa do Brasil colonial.
- 57 Preservacionista – É uma corrente preocupada em manter os recursos naturais mediante o uso racional e sistematizado.

- 58 Empírica – Que se apoia exclusivamente na experiência e na observação, e não em uma teoria.
- 59 Gado vacum – Gado constituído de vacas, bois e novilhos.
- 60 Cavalgadura – Animal que se pode cavalgar – cavalo, mula ou asno.
- 61 Atividade criatória – Criação de animais para fins de comercialização.
- 62 Invernada – Pastagem rodeada de obstáculos, naturais ou artificiais, onde se guardam cavalos, mulas e bois, para repousar e recobrar as forças.
- 63 Doação – É o ato de dar um bem próprio a outra pessoa.
- 64 Benfeitorias – Melhoramentos.
- 65 Lavradas – Terras próprias para o plantio.
- 66 Tropeirismo – Atividade de transporte, compra e venda de tropas de gado, mulas ou éguas.
- 67 Sertões de Curitiba – Amplo espaço que compreendia a região do planalto de Curitiba e dos Campos Gerais, delimitado apenas por Sorocaba, ao norte, e Paranaguá, a leste.
- 68 Parada – Local rústico que abrigava os tropeiros e suas tropas; pouso.
- 69 Trago – Ato de beber uma bebida alcoólica.
- 70 Autônomo – Que existe sem intervenção de forças ou agentes externos.
- 71 Taipa de pilão – Parede feita com uma argamassa de areia, argila e lascas de pedra, sustentada por uma armação de madeira.
- 72 Índio administrado – Ameríndio subordinado à tutela de um homem livre, encarregado de “civilizá-lo” por um tempo determinado, porém prorrogável.
- 73 Catre – Leito tosco e pobre.
- 74 Absenteísta – Quem vive ou está comumente ausente.
- 75 Capataz – Administrador de fazenda ou sítio.
- 76 Faixa da marinha – Litoral; beira-mar.
- 77 Predatória – Atividade que conduz à destruição.
- 78 Ordenar – Organizar, colocar ordem.
- 79 Retificar – Corrigir.
- 80 Arruamento – Traçado, demarcação e abertura de ruas.
- 81 Profano – Que não é sagrado; secular, leigo.
- 82 Alistamento – Recrutamento para o serviço militar.
- 83 Alvará – Documento passado a favor de alguém por autoridade judiciária ou administrativa, que contém ordem ou autorização para a prática de determinado ato.
- 84 Secos e molhados – Designação que separa os mantimentos sólidos ou secos dos molhados, compostos por substâncias líquidas como vinho e azeite.



- 85 Serralheria – Oficina onde se fabricam ou consertam objetos de ferro.
- 86 Corporação medieval – Associação civil com autonomia para a organização e execução de determinados ofícios.
- 87 Chifre – Tipo de osso.
- 88 Chilenas – Grandes esporas cujas rosetas às vezes têm mais de meio palmo de diâmetro.
- 89 Pinguelim – Chicote fino e comprido, usado para incitar os animais.
- 90 Tala – Chicote feito de uma só tira de couro.
- 91 Cabedal – O conjunto dos bens que formam o patrimônio de alguém; riqueza, acervo.
- 92 Contingente – Número de pessoas que executam determinadas tarefas.
- 93 Quilombos – Comunidades autônomas de escravos fugitivos.
- 94 Manejo – Manuseio.
- 95 Bomba – Canudo de metal ou de madeira para tomar o chimarrão e em cuja extremidade inferior há uma espécie de ralo, destinado a evitar a passagem do pó da erva; bombilha.
- 96 Cuia – Recipiente, quase sempre prateado e lavrado, em que se prepara e se bebe o mate por meio de uma bombilha.
- 97 Sassafrás – Madeira levemente perfumada usada em marcenaria de luxo.
- 98 Surrão – Bolsa ou saco de couro.
- 99 Soque – Lugar onde o mate é socado ou pilado.
- 100 Engenheiro – Proprietário de engenho.
- 101 Tração hidráulica – Ação que desloca um objeto móvel por meio da força da água.
- 102 Subsidiário – Elemento que reforça outro, de maior importância.
- 103 Víveres – Gêneros alimentícios; comestíveis; mantimentos.
- 104 Fabril – Relativo à fábrica.
- 105 Laboral – Relativo ao trabalho.
- 106 Lide – Trabalho/ocupação.
- 107 Lúdico – Que tem o caráter de jogo, brinquedo e divertimento.
- 108 Normatizado – Cujas normas/regras foram estabelecidas.
- 109 Emancipação – Ato pelo qual se adquire a liberdade ou a independência político-administrativa.
- 110 Província – Divisão administrativa que faz parte de um Estado.
- 111 Insalubridade – Condição prejudicial à saúde ou ao bem-estar.
- 112 Morbidade – Capacidade de produzir doenças.
- 113 Política imigratória – Iniciativa legal mediante a qual se promove a entrada de estrangeiros em um país.

- 114 Sítio urbano – Local em que a cidade se desenvolve, em contraposição a áreas naturais ou rurais.
- 115 Densidade demográfica – Relação entre a superfície e a quantidade de habitantes de uma região, por metros quadrados.
- 116 População nativa – Habitantes naturais de um lugar.
- 117 Par e passo – Algo que é levado no mesmo passo.
- 118 Cancheiar – Cortar ou picar o mate, reduzindo-o a pequenos pedaços.
- 119 Primeira necessidade – O que é absolutamente indispensável.
- 120 Artesanal – Arte ou técnica de produzir objetos com trabalho manual.
- 121 Fundição – Oficina em que se trabalha com metal fundido.
- 122 Estilo colonial – Arquitetura da época colonial que consistia em construções de pedra e cal, de taipa de pilão ou de estuque, cobertas por telhas, com altura de 18 a 20 palmos.
- 123 Eclétismo – Reunião de elementos de origens diversas que não chegam a uma unidade.
- 124 Profícua – Proveitosa.
- 125 Artífice – Operário ou artesão que trabalha em determinado ofício.
- 126 Insalubridade – Estado de algo que não é salubre/saudável.
- 127 Sanitaria – Relativa à saúde pública; higiênica.
- 128 Higienista – Indivíduo que possui conhecimentos e técnicas para evitar doenças infecciosas usando desinfecção, esterilização e outros métodos de limpeza com o objetivo de conservar e fortificar a saúde.
- 129 Urbes – Cidades.
- 130 Terapêutica – O tratamento de uma determinada doença pela medicina tradicional.
- 131 Agropecuário – Setor que estabelece as relações entre agricultura e pecuária.
- 132 Aperfeiçoamento tecnológico – Aplicação de princípios, sobretudo científicos, a um determinado ramo de atividade.
- 133 Organização social do trabalho – Sistema pelo qual as formas úteis de trabalho são distribuídas e efetuadas.
- 134 Serraria – Estabelecimento onde se cortam madeiras.
- 135 Incipiente – Que está no começo
- 136 Aflorar – Esboçar; delinear.
- 137 Russo branco – Indivíduo nascido na Bielo-Rússia ou Rússia Branca.
- 138 Encampar – Tomar posse; apoderar-se.
- 139 Caboclo – Mestiço de branco com índio.
- 140 Deflagrar – Acontecer repentinamente; provocar.
- 141 Carril – Trilho.

- 142 Município – Circunscrição administrativa autônoma do estado, governada por um prefeito e uma câmara de vereadores.
- 143 Epidemia – Doença que surge rapidamente num lugar e acomete, ao mesmo tempo, grande número de pessoas.
- 144 Endemia – Doença que existe constantemente em determinado lugar e ataca número maior ou menor de indivíduos.
- 145 Higienização – Conjunto de medidas que visam tornar um local ou alguma coisa saudável; tornar higiênico.
- 146 Saneamento – Conjunto de medidas que visam assegurar as condições sanitárias necessárias à qualidade de vida de uma população, sobretudo por meio da canalização e do tratamento dos esgotos.
- 147 Alteridade – Reconhecimento recíproco das diferenças culturais entre o “eu” e o “tu”.
- 148 Cidadino – Habitante da cidade.
- 149 Dejetos – Fezes.
- 150 Informações sobre ambientalismo, ecologia, sustentabilidade e políticas públicas de preservação ambiental tomaram como base: TRINDADE, E.M.C.; OLIVEIRA, D.; SANTOS, A.C.A. *Cidade, homem e natureza: uma história das políticas ambientais de Curitiba*. Curitiba: Unilivre, 1997.
- 151 Agroexportadora – Setor agrícola destinado à exportação.
- 152 Redemocratização – Ação que visa à volta das instituições democráticas.
- 153 Aparelho do Estado – Conjunto de órgãos públicos que asseguram ao governo o seu funcionamento.
- 154 Conjuntura – Período de tempo de média duração, no qual é possível encontrar coerência e periodicidade nos movimentos histórico-econômicos e sociais.
- 155 Conservacionista – Movimento político, social e científico que tem como objetivo a proteção dos recursos naturais do planeta, incluindo espécies animais e vegetais, assim como os seus *habitats* para o futuro.
- 156 Égide – Proteção.
- 157 Desbravador – Aquele que explora sertões; o primeiro que abre ou descobre caminho através de região mal conhecida; pioneiro.
- 158 Aporte de capitais – Investimento financeiro com alguma finalidade.
- 159 Miragem – Visão enganosa e fantástica.
- 160 Induzido – Intencional.
- 161 Gestão – Gerência, administração.
- 162 Loteamento – Parcelamento da terra em lotes.
- 163 Nefastos – Que acarretam a ruína.
- 164 Mosaico cultural – Conjunto heterogêneo de práticas e vivências diversas que convivem em um determinado espaço.
- 165 Influxo de capitais – Afluência, convergência financeira.

- 166 Concessionária – Empresa a que foram concedidos determinados direitos.
- 167 Oleaginoso – Que contém óleo ou é da natureza do óleo.
- 168 Posseiro – O que está na posse, legal ou ilegalmente, de uma propriedade.
- 169 Torrefação – Ato ou efeito de torrefazer os grãos de café.
- 170 Moagem – Ato ou efeito de moer os grãos de café.
- 171 Agroindústria – Indústria relacionada com a agricultura ou dependente dela.
- 172 Minifúndio – Pequena propriedade rural, voltada à agricultura de subsistência, com uso de técnicas rudimentares e baixa produtividade.
- 173 Infraestrutura – Base material ou econômica de uma sociedade.
- 174 Malha viária – Conjunto de estradas ou serviços de transporte interconectados numa área ou região.
- 175 Inusitado – Incomum; estranho.
- 176 Diversificação da agricultura – Introdução de novas culturas agrícolas ou recriação das já existentes.
- 177 Superprodução – Produção de mercadorias em quantidade superior às possibilidades de absorção do mercado consumidor, nos preços em vigor.
- 178 Geada negra – Depósito de gelo intenso sobre a vegetação, devido a baixas temperaturas em contato com chuvas ou chuviscos.
- 179 Fronteiriço – Espaço que fica na fronteira de dois ou mais territórios.
- 180 Urbanização – Concentração cada vez mais densa de população em aglomerações de caráter urbano.
- 181 Bens de consumo – Conjunto de mercadorias destinadas a atender às necessidades econômicas das pessoas.
- 182 Pólo automotivo – Agrupamento de empresas destinadas a produzir meios de transporte.
- 183 Exógenos – Por causas externas.
- 184 Circunvizinho – Que está próximo ou em redor.
- 185 Metropolização – Crescimento de cidades com significativa influência funcional, econômica e social sobre cidades menores.
- 186 Meio ambiente – Conjunto de interações físicas, químicas e biológicas que permitem, abrigam e regem a vida em todas as suas formas.
- 187 Hídrico – Que diz respeito à água.
- 188 Biodiversidade – Diversidade das espécies vivas e suas características genéticas.